

EMB.DECL. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 653.495 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
EMBTE.(S) : **LÁZARO MARTINS DE LIMA**
ADV.(A/S) : **CARLOS VICTOR AZEVEDO SILVA E OUTROS**
EMBDO.(A/S) : **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS**
METROPOLITANOS - CPTM
ADV.(A/S) : **DRÁUSIO APPARECIDO VILLAS BOAS RANGEL E**
OUTRO(A/S)

DECISÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO –
INEXISTÊNCIA DE VÍCIO –
DESPROVIMENTO.

1. Por meio da decisão de folha 274, conheci e provi o agravo, consignando:

CONTRATO DE TRABALHO – APOSENTADORIA
ESPONTÂNEA – ALCANCE – ARTIGO 453, § 2º, DA
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO –
PRECEDENTE DO PLENÁRIO.

1. O Pleno, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.721–3, relatada pelo ministro Carlos Ayres Britto, proclamou a desarmonia, com a Carta Federal, do

artigo 453, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. As razões recursais versam o entendimento que acabou sufragado pela Corte.

2. Ante o quadro, conheço deste agravo e o provejo, consignando o enquadramento do extraordinário no permissivo da alínea “a” do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal. Ante o precedente, aciono o disposto nos artigos 544, §§ 3º e 4º, e 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil e julgo, desde logo, o recurso, conhecendo-o e provendo-o para, reformando o acórdão proferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, afastar a declaração de rompimento do contrato de trabalho em virtude da aposentadoria espontânea, julgando procedente o pedido inicial para reconhecer ocorrida a rescisão contratual, sem justa causa, em 5 de junho de 1997, sendo devidas as verbas rescisórias daí conseqüentes, inclusive a multa de 40% sobre os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

3. Publiquem.

O recorrente, nos embargos, aponta vício no julgado. Requer, alfim, seja dado efeito modificativo aos declaratórios.

Embora instada, a embargada deixou de apresentar manifestação.

2. Na interposição destes embargos, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça encontra-se assinada por profissional da advocacia devidamente credenciado e foi protocolada no prazo legal. Conheço.

Observem a organicidade do Direito instrumental. Pretende o embargante a rediscussão das razões veiculadas na decisão ora atacada. A esta altura, persistindo o inconformismo, cabe-lhe buscar a reforma do pronunciamento mediante a via própria.

AI 653495 ED / SP

3. Ante o exposto, inexistente contradição, obscuridade e omissão no ato impugnado, desprovejo os embargos de declaração.

4. Publiquem.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator